



Índios Brasileiros

As informações mais precisas sobre os habitantes do Brasil na época da chegada do colonizador referem-se a grupos do litoral, de língua tupi-guarani. Entre as principais tribos incluíam-se os caetés, guaianases, potiguaras, tamoios, timbiras, tupinambás e tupiniquins.

Quando Cristóvão Colombo chegou à América, pensou que estava aportando nas Índias, e por isso batizou seus habitantes de "índios". Apesar de baseada em equívoco, essa denominação ficou consagrada. Atualmente entende-se por índio todo o indivíduo que se identifica como diferente da sociedade nacional e que é, por sua vez, considerado indígena pela população brasileira com a qual tem contato.

Origem. De acordo com a teoria mais aceita, os primeiros seres humanos chegaram à América há cerca de dez ou quinze mil anos. Para alguns estudiosos, povos da Mongólia (Ásia) penetraram no continente americano em ondas migratórias sucessivas, através do estreito de Bering. Outros admitem a possibilidade de quatro grandes deslocamentos humanos: 1) migração dos mongóis pelo estreito de Bering; 2) migração malaio-polinésia por mar até a costa ocidental da América do Sul; 3) migração australiana, que teria alcançado a Patagônia, pelo pólo sul; 4) uma migração mais recente dos esquimós, ligada ao ciclo ártico.

Tribos da época do descobrimento. As informações mais precisas sobre os habitantes do Brasil na época da chegada do colonizador referem-se a grupos do litoral, de língua tupi-guarani, designados genericamente como tupinambás em relatos dos séculos XVI e XVII. Na verdade, tratava-se de grupos distintos e muitas vezes rivais, mas com traços culturais básicos idênticos. Entre as principais tribos incluíam-se os caetés, guaianases, potiguaras, tamoios, timbiras, tupinambás e tupiniquins.

Além das tribos rivais de língua tupi-guarani, os chamados tupinambás defrontavam-se também com outros grupos indígenas que não falavam tupi, aos quais davam o nome geral de tapuias. Entre esses incluíam-se os goitacás (ou guaitacás), os carajás e os botocudos (aimorés).

A princípio, os indígenas mantiveram relações amistosas com os colonizadores, mas a partir de 1531 passaram a guerrear constantemente contra eles. As conseqüências dessas lutas foram desastrosas para os índios. Os sobreviventes tiveram de migrar em todas as direções, penetrando cada vez mais pelo interior do país. Hoje a maioria vive na região Centro-Oeste e na Amazônia, em diferentes estágios de integração à sociedade brasileira.

População. As estimativas sobre o número de indígenas existentes no país à época do descobrimento variam de um milhão a mais de cinco milhões. Cinco séculos depois, segundo dados do censo realizado em 1995 pela Fundação Nacional do Índio (Funai), existiam ainda mais de duzentas etnias indígenas espalhadas pelo território nacional, perfazendo um total de 325.652 indivíduos, um terço deles na região norte do país.

Línguas. A classificação de todas as línguas faladas pelos indígenas do Brasil é tarefa praticamente impossível, pois muitas delas desapareceram sem deixar traços. Calcula-se que hoje ainda sejam faladas de 120 a 150 línguas, a maioria delas pertencentes à família tupi-guarani, mas é provável que esse número represente apenas a metade do total existente à época do descobrimento. No período

colonial documentaram-se línguas de duas famílias: a tupi-guarani e a cariri.

Os jesuítas que acompanharam os colonizadores europeus registraram duas línguas da família tupi-guarani: o tupinambá, ou tupi antigo, e o guarani. O tupinambá, por ser falado (séculos XVI e XVII) do litoral de São Paulo ao Maranhão, recebeu dos jesuítas a denominação de língua geral do Brasil ou língua brasílica. O guarani foi documentado no oeste do atual estado do Paraná (século XVII) e na margem esquerda do rio Uruguai (século XVIII), no atual estado do Rio Grande do Sul. Também registraram-se duas línguas da família cariri: quiriri (e seu dialeto quipeá), no sul de Sergipe, e o dzubucúá, falado em ilhas do médio São Francisco, na divisa da Bahia com Pernambuco.

A partir do século XIX intensificaram-se as pesquisas das línguas ameríndias, que passaram a ser registradas por escrito. Mas esse método, praticado até hoje, é muito limitado para o efetivo conhecimento de um idioma. Por isso, ainda não se tem uma classificação definitiva. A mais aceita identifica três troncos lingüísticos: tupi, macro-jê e aruaque. O tupi subdivide-se nas famílias tupi-guarani, mundurucu, juruna, ariqué, tupari, ramarama e mondé. No macro-jê foram identificadas as famílias jê, camacã, maxacali, coroadó, cariri e bororo. No tronco aruaque, a maioria das línguas pertence à mesma família, também chamada aruaque; além dessa conhece-se apenas outra, a aruá. Existem, porém, diversas línguas de classificação ainda incompleta porque não se sabe a que família ou a que tronco pertencem. É o caso, por exemplo, do botocudo, carajá, caribe, tucano, pano e nhambiquara.

Cultura. A base da organização da sociedade indígena são os laços de parentesco. Os índios se dividem em grupos de várias famílias elementares (pai, mãe e filhos), aparentadas entre si, que habitam a aldeia (taba), cuja forma varia. Muitas vezes consiste em uma única casa comunal (oca), de planta circular ou oval, com estrutura de madeira coberta de palha trançada ou folha de palmeira. As maiores medem até 40m de diâmetro e podem abrigar 250 pessoas. Nessa

casa moram parentes de linhagem patrilinear, chegando às vezes até a quarta geração.

Nas tribos jês, em geral a aldeia se compõe de várias casas, dispostas em círculo em torno de um pátio central. Os indígenas se organizam em clãs de linhagem matrilinear, que se reúnem em duas metades e se localizam em posição oposta na aldeia, uma no nascente e outra no poente.

A aldeia é uma unidade independente. Cada uma tem seu chefe (tuxaua, morubixaba, cacique), em alguns casos assistido por um conselho de homens experientes. A chefia pode ser hereditária ou não, e se for aliada ao poder religioso dá a seu ocupante maior liderança. O chefe espiritual (pajé), misto de sacerdote, profeta e médico-feiticeiro, devido a suas ligações com o sobrenatural, é consultado nas decisões importantes. Em algumas tribos os homens se agrupam em sociedades secretas, em outras segregam-se em casa especial — a casa dos homens — que serve de dormitório para os solteiros e onde todos passam a maior parte do tempo. Nessa casa são guardados os objetos rituais (flautas, máscaras etc.) e nela as mulheres e as crianças não podem entrar.

São comuns os ritos de passagem, como as provas de coragem que permitem ao rapaz assumir as responsabilidades dos adultos e gozar dos privilégios dessa condição. As meninas também são submetidas a certas práticas que marcam sua passagem para a condição de mulher, apta ao casamento.

Costume curioso é a chamada couvade: o pai se recolhe à rede após o nascimento do filho — reconhecendo assim implicitamente a paternidade — para evitar malefícios ao recém-nascido.

Os ritos funerários variam. Os antigos tupis enterravam seus mortos em urnas de cerâmica. Algumas tribos jês enterram-nos primeiro em cova rasa, regada diariamente para apressar o descarnamento dos ossos. Em seguida, faz-se um segundo enterro desses ossos. Tais atos são acompanhados de cerimônias às vezes de caráter triste — os

parentes se lamentam e se escarificam — , às vezes de cunho esportivo (caçadas, pescarias, corridas etc.). Tomam-se cuidados especiais destinados a evitar que o espírito do morto volte à aldeia para incomodar os vivos: com freqüência, a casa do defunto é queimada, e se o morto for o chefe, a própria aldeia é abandonada.

A antropofagia ritual teve grande importância, principalmente entre os tupis e os caribes. Seu objetivo era expressar o ódio ao inimigo e o desejo de vingança e, ao mesmo tempo, a vontade de adquirir as qualidades positivas (por exemplo, bravura) do guerreiro morto.

Economia. Para garantir a sobrevivência, os índios caçam, pescam, coletam e plantam, usando instrumentos e processos ainda bastante rudimentares. A caça pode ser individual ou coletiva. Além do arco e da flecha, usam também a zarabatana, tubo comprido para soprar dardos envenenados com curare. As presas mais comuns são veados, porcos-do-mato, antas, macacos, tamanduás, preguiças, pacas, capivaras, tatus e diversas aves. Na pesca usam vegetais (que intoxicam ou atordoam o peixe) e armadilhas, como o pari dos guajajaras - um cesto fundo com uma abertura por onde o peixe entra atrás da isca e não consegue sair. Além da abundância de peixes, os rios lhes fornecem também répteis e quelônios (tartarugas). A maioria das tribos pratica a chamada agricultura de coivara: abrem uma clareira na floresta, deixam os troncos secarem ao sol e ateiam-lhes fogo. Após as primeiras chuvas, plantam as mudas e sementes de maneira desordenada, misturando os vegetais. Entre as plantas alimentícias, cultivam principalmente mandioca, milho, batata-doce, cará, abóbora, vários tipos de vagens, amendoim, pimenta e frutas, como caju, abacaxi e maracujá. Cultivam também plantas medicinais, estimulantes e industriais. Como não usam fertilizantes, após três a cinco anos de cultivo abandonam o terreno, que só pode voltar a ser plantado alguns anos depois. Por isso, de vez em quando a tribo muda para outro local. Para o transporte utilizam canoas escavadas em troncos de árvores leves, como o jatobá.

A divisão de trabalho se faz por sexo e por idade. De modo geral, a mulher cuida da casa, das crianças, da coleta de frutos e cocos e das

plantações. Os homens caçam, pescam e constroem casas; fazem canoas, armas e certos objetos artesanais; derrubam a mata para o plantio (nessa atividade é comum a prática do mutirão) e encarregam-se da defesa da aldeia (em outros tempos, sua principal atividade era a guerra). O comércio entre as tribos se limita a algumas trocas (escambo). Normalmente as aldeias são auto-suficientes, mas sempre existem alguns artigos que certos grupos fazem melhor que outros. No alto Xingu, os uaurás se destacam pela cerâmica; os camaiurás pela qualidade dos arcos; os cuicuros, pela beleza dos colares de caramujo.

Arte e artesanato. A maior parte das manifestações artísticas dos índios brasileiros tem caráter utilitário. São objetos de uso diário ou cerimonial adornados com pinturas e enfeites de penas de aves ou de fibras vegetais: canoas e remos, cerâmicas, cestos, colares, máscaras, flechas e instrumentos musicais. Entretanto, os pesquisadores da arte indígena brasileira encontraram também objetos que não têm finalidade prática, como as esculturas dos índios tapirapés.

A arte plumária dos índios é muito desenvolvida. Em ocasiões especiais usam cocares, tangas, colares e pulseiras de penas de aves coloridas. Enfeitam também as armas com essas plumas. Merece destaque igualmente a pintura corporal. Nas festas e rituais, pintam o corpo com corantes vegetais para simbolizar um estado de espírito (alegria, tristeza, raiva etc.) ou a posição do indivíduo na tribo.

Hábéis artesãos usam fibras vegetais para confeccionar cestos, peneiras, esteiras e abanos. Com um tear simples tecem redes de dormir e faixas para a cintura, braços e pernas. Utilizam também madeira, pedra polida, ossos e conchas em objetos utilitários e de adorno. É notável a habilidade dos índios para produzir objetos de barro — potes, panelas, urnas funerárias etc. — alguns deles adornados com desenhos coloridos e modelagens decorativas, como é o caso da elaborada cerâmica da ilha de Marajó e da louça de Santarém, fabricada pelos índios tapajós. Entre os objetos de pedra destaca-se a muiiraquitã verde, amuleto em jade ou nefrita que as índias davam a seus companheiros para protegê-los.

Música. Ligada ao canto e à dança, a música está presente em todas as atividades da tribo, ordenando as relações sociais e a comunicação com os espíritos. Desempenha também papel importante no tratamento das doenças. Mas ainda se conhece pouco essa expressão artística de nossos indígenas. Um dos fatores que dificulta seu estudo é a variedade de formas e de valores musicais, apesar de uma certa pobreza melódica encontrada nas mais de 140 sociedades indígenas existentes no país. Outra dificuldade é o fato de muitas dessas tribos já viverem há séculos em contato com a sociedade nacional, tornando quase inviável separar o que é autêntico dos elementos introduzidos pelo colonizador. Entre a grande variedade de instrumentos musicais usados pelos índios incluem-se flautas, trombetas, tambores, maracás, guizos, chocalhos, matracas e bastões de ritmo.

Lendas e mitos. Os indígenas expressam sua concepção do universo através de lendas e mitos transmitidos oralmente de uma geração para outra. Poucas tribos acreditam na existência de um senhor supremo de todas as coisas. A maioria atribui a criação de animais, plantas e costumes a heróis míticos. Para muitos grupos, o universo foi criado por dois irmãos gêmeos, geralmente representados pelo Sol e pela Lua. Em algumas variantes do mito eles não são irmãos, mas pai e filho, e, na maioria das versões, brigam entre si.

Os grupos de língua tupi acreditam que o universo é povoado por seres invisíveis aos mortais comuns, que somente o pajé pode ver e controlar. O mundo divide-se em domínios bem separados: o da floresta (habitado pelos animais e seus protetores espirituais); o da água (povoado também por animais e seus espíritos protetores); o dos espíritos, onde estes se manifestam sempre como seres espirituais puros; e o domínio humano. A comunicação entre os seres desses domínios é problemática e perigosa, mas inevitável, pois os homens caçam e pescam, os animais se transformam em comida e os vivos se transfiguram em espíritos. As comunidades orientam sua vida para a manutenção do equilíbrio entre os domínios, mas estão sempre expostas ao risco de violar as prescrições que regem o contato entre o mundo humano, o animal e o sobrenatural. Quando

isso acontece, as entidades ofendidas se vingam enviando os acidentes, as doenças, as mortes e as perturbações da vida social. Obtém-se novo equilíbrio através de ações guerreiras ou de feitiçaria.

Medicina. Quem trata os índios é o pajé, que usa ervas e encantamentos (magia) para obter a cura. Isso porque para os índios a doença está sempre ligada a um delito cometido contra os deuses, os mortos ou a sociedade. Daí a necessidade de recorrerem à magia e ao sobrenatural em seus métodos curativos. Mas além dos encantamentos (chocalhar de maracás, recitação de fórmulas mágicas) e dos amuletos (conchas, ossos etc.), os pajés lançam mão também de práticas de uso universal, como os banhos, o repouso, o jejum e o emprego do calor (cinza quente sobre o local dolorido, aquecimento da rede do enfermo com braseiro etc.).

Entre as ervas medicinais usadas incluem-se a ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*), como vomitivo, expectorante e antidiarreico; o jaborandi (*Monnina trifolia*), como tônico e diurético; o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), estomacal e estimulante; o guaraná (*Paullinia cupana* e *P. sorbilis*), contra males intestinais, dores neurálgicas e sobretudo como tônico e reconstituente; o fumo (*Nicotiana tabacum*), aplicado na picada de animais venenosos, umedecido com saliva, ou soprado como fumo sobre a área doente do corpo; a malva (*Malva sylvestris*), para reduzir inflamações; sementes de mamona (*Ricinus communis*) e do coco andá-açu (*Joannesia princeps*), como purgativo.

Conseqüências da colonização. O contato com o colonizador foi de modo geral negativo para os índios. Se na época do descobrimento constituíam uma população de milhões de indivíduos, hoje estão reduzidos a pouco mais de trezentos mil. Os sobreviventes dos conflitos com o invasor recuaram para o interior do país, principalmente para a Amazônia e para a região Centro-Oeste. A maioria mantém contato, permanente ou ocasional, com o resto da sociedade, e o isolamento total hoje é raro. Os males causados por esse contato são muitos: o extermínio por fazendeiros e garimpeiros que cobiçam suas terras e as riquezas minerais, a transmissão de doenças e a introdução de usos e costumes estranhos à cultura tribal. O simples contato com o resto da população é prejudicial, porque o

organismo do índio não tem defesas contra as doenças comuns da população branca. Um resfriado pode causar mortes entre os índios. As tribos que se integraram à sociedade nacional tiveram de buscar formas de organização econômica que lhes permitissem adquirir os novos produtos introduzidos em sua vida diária: objetos de ferro, sal, querosene, açúcar, roupas, aguardente etc. Três alternativas apresentam-se para o índio: trabalhar em troca de dinheiro para poder comprar os bens produzidos pela sociedade; aumentar sua produção agrícola para negociar com os excedentes; ou iniciar a exploração de novos recursos que sejam bem aceitos pelo resto da população. Essa reformulação da atividade econômica inicia o processo de aculturação, que leva o índio a abandonar hábitos e costumes tradicionais e a desaparecer como povo. Em alguns casos, apesar de manterem contato com a sociedade nacional, os índios não lhe adotaram os valores porque os vêem como antagônicos aos seus. Têm consciência de sua diferença e procuram conservar a cultura que lhes é própria.

Política indigenista brasileira. A atitude do governo do Brasil em face do problema do índio tem variado de acordo com a ideologia que norteia as iniciativas. De qualquer modo, é possível distinguir duas linhas básicas na maneira de encarar esse problema: a dos que defendem a integração do índio na sociedade nacional e a dos que se batem pela preservação da cultura indígena. A maioria das medidas tomadas pelas autoridades desde o início da colonização harmonizava-se com a idéia de integrar os indígenas, mas nas últimas décadas, sobretudo por influência da antropologia cultural e do movimento ecologista, procurou-se adotar iniciativas direcionadas para a preservação da cultura indígena.

O primeiro órgão criado no período republicano foi o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), organizado por Cândido Mariano da Silva Rondon em 1910 com o objetivo de solucionar os conflitos entre os índios e os integrantes das frentes de ocupação do interior do país. Em 1933 criou-se o Conselho de Proteção aos Índios, do qual Rondon foi presidente. Esses dois órgãos foram substituídos em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A política dessas entidades tem sido a de encarar o índio como tutelado, "sob a proteção do Estado brasileiro", considerando-o incapaz de defender-se e de resolver seus

problemas sem ajuda. Isso assegura aos indígenas a posse do território tribal, assistência médica etc. A lei os protege contra a ambição dos que lhes cobiçam as terras, mas, dada a extensão do território nacional e a complexidade dos problemas, nem sempre é tranqüila sua aplicação.

De modo geral, o contato com a sociedade nacional tem sido danosa aos indígenas — epidemias, introdução de hábitos nocivos etc. — e a assistência prestada pelos órgãos oficiais ainda é deficiente. Ao longo dos anos, esses povos sofreram severa redução, apesar dos esforços de pessoas como o médico sanitarista Noel Nutels, que trabalhou no SPI e organizou as Unidades Sanitárias Aéreas. Outro exemplo de dedicação à causa indígena é a do alemão Curt Unkel, que adotou o nome guarani de Nimuendaju. A partir de 1905, Nimuendaju dedicou-se ao estudo das tribos brasileiras e para isso percorreu o país do Paraná ao Amazonas, utilizando a técnica de observação participante: integrava-se à vida dos índios como se fosse um deles. Em quarenta anos de pesquisas estudou 31 grupos, principalmente do tronco lingüístico jê.

Uma das principais providências reivindicadas pelos que defendem a preservação da cultura indígena é a demarcação de áreas onde o índio fique a salvo dos invasores de suas terras. A primeira dessas áreas foi o Parque Nacional do Xingu, criado por sugestão do indigenista Orlando Vilas Boas, que com seus irmãos Cláudio e Leonardo percorreu o Brasil central na expedição Roncador-Xingu (1944-1951), quando constatou que nessa região já se haviam refugiado tribos representantes dos principais grupos indígenas brasileiros. A partir de então, novas áreas têm sido demarcadas, como os 9,4 milhões de hectares destinados aos ianomâmis em 15 de novembro de 1991. Atualmente, o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas está definido pelo decreto nº 1.775/96, o qual determina que a demarcação se fundamente em estudo antropológico de identificação, complementado por outros de natureza etno-histórica, sociológica, cartográfica, fundiária e ambiental. Das mais de quinhentas terras indígenas conhecidas atualmente no Brasil, cerca da metade está regularizada. Um quinto delas permanece sem regularização, enquanto que as restantes estão em diferentes fases do processo de demarcação.

GLOSSÁRIO

Acuém (Acuên) — Grupo indígena que se subdivide em xavante, xerente e xacriabá.

Aimoré — ver botocudo.

Apinajé (Apinayé) — Grupo indígena do extremo norte de Goiás, ramo dos timbiras, que habita área entre os rios Araguaia e Tocantins. Língua da família jê.

Ariqué (Arikên) — Grupo indígena extinto. No início do século XX habitava uma área entre os rios Jamaré e Candeia, afluentes da margem direita do Madeira, em Rondônia. A família lingüística ariqué pertence ao tronco tupi e inclui as línguas caritiana e cabixiana.

Aruaque (Arawak) — Importante tronco lingüístico de tribos indígenas que se espalham entre a Flórida, o Paraguai, o litoral do Peru, o Amazonas e as Antilhas.

Baniua (Baniwa) — Grupo indígena do noroeste do Amazonas, habitante das margens do rio Içana. Subdivide-se em três subgrupos: carutana, cadaupuritana e coripaso. População (1985): 4.187 índios. Língua da família aruaque.

Bororo — Uma das maiores tribos do Brasil central, cujo território, no passado, atravessava todo o centro de Mato Grosso, estendendo-se da fronteira da Bolívia até o Triângulo Mineiro. Hoje vive em postos indígenas de Leverger MT e na missão salesiana do rio São Lourenço. Língua do tronco macro-jê.

Xb>Botocudo — Vários grupos indígenas, também conhecidos como aimorés, guerens e boruns, que no século XVI habitavam o litoral das capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro. Os sobreviventes da colonização espalharam-se pelas matas entre o rio Jequitinhonha e o vale do rio Doce, na Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Pacificados em 1911, foram recolhidos a postos e estão hoje praticamente extintos. Língua pertencente ao tronco macro-jê.

Caeté (Kaeté) — Grupo indígena que no século XVI habitava o litoral entre a foz do rio São Francisco e a do Paraíba, numa área limitada ao norte pelas terras dos potiguaras e ao sul pelas dos tupinambás. Com a chegada dos europeus, emigrou para o Pará.

Caiabi (Kayabi) — Grupo indígena das margens do rio Manicauá-Açu, afluente do Xingu, em Mato Grosso. Foi contatado pelos irmãos Cláudio e Orlando Vilas Boas em 1951. Língua da família tupi-guarani.

Caiapó (Kayapó) — Grupo de tribos que compreende duas divisões: caiapós do sul, constituídos por vários grupos, hoje extintos, habitantes do sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul, noroeste de São Paulo e Triângulo Mineiro; e caiapós do norte, que vivem no centro-sul do Pará e se compõem dos subgrupos gorotire, mentuctire, diore e xicrim, entre outros. Língua da família jê.

Caingangue (Kaingáng) — Grupo indígena que habita atualmente áreas do Paraná e Santa Catarina. Arredios até o início do século XX. Acredita-se que sejam descendentes dos antigos guaianás de São Paulo. Língua da família jê.

Caiuá (Kaywá) — Subgrupo indígena dos guaranis, habitante de Mato Grosso do Sul.

Calapalo (Kalapálo) — Grupo indígena da margem esquerda do rio Culuene, formador do Xingu, em Mato Grosso. Língua da família caribe.

Camacã (Kamakán) — Grupo indígena extinto. No início do século XX habitava ao norte do rio Pardo (Bahia) e às margens dos rios Cachoeira e Gravatá (Minas Gerais). Remanescentes vivem em posto indígena de Itabuna BA. A família lingüística camacã, do tronco macro-jê, inclui as línguas cotoxó (ou cutaxó), masacará e meniém.

Camaiurá (Kamayurá) — Grupo indígena das margens da lagoa Ipavu, perto do rio Curisevo, em Mato Grosso. Língua da família tupi-guarani.

Canela (Ramkókamekra) — Grupo indígena, ramo dos timbiras orientais, habitante de reservas nos municípios de Barra do Corda e Grajaú, no Maranhão. São chamados canelas pela população da região. Língua da família jê.

Carajá (Karayá) — Grupo indígena que habita ao longo do rio Amazonas, desde Leopoldina até Conceição do Araguaia. Língua do tronco macro-jê.

Cariri (Kariri) — Grupo indígena extinto. Remanescentes mestiçados, que nada conservam da língua ou da cultura, encontram-se em posto da Funai, em Itabuna BA. Língua do tronco macro-jê.

Caxinauál(Kaxináwa) — Grupo indígena do Acre, habitante da região dos rios Envira e seus tributários, alto Muru, Tarauacá, Gregório e Liberdade. O caranguejo é seu totem. Protegem esse crustáceo com a própria vida e proclamam-se a si mesmos a "gente do caranguejo". Língua da família pano.

Coroado — Nome dado pela população brasileira a um grupo indígena extinto. No início do século XIX habitava as serras São Geraldo e da Onça, na fronteira de Minas Gerais com Espírito Santo, e ao longo dos rios Paraíba do Sul, das Pombas e dos Coroados. Remanescentes habitam missão dos capuchinhos no alto Paraíba do Sul. A família lingüística coroados, do tronco macro-jê, inclui as línguas puri e coropó.

Cranhacarore ou crenhacarore (Kreen-Akarore) — Grupo indígena habitante das cabeceiras dos rios Peixoto de Azevedo e Jarina, no norte de Mato Grosso. Foram contatados pelos irmãos Vilas Boas em 1973.

Craô (Krahô) — Grupo indígena, ramo dos timbiras orientais, habitante das margens do rio Manuel Alves Pequeno, em Goiás. Língua da família jê.

Cuicuro (Kuikúro) — Grupo indígena da margem esquerda do rio Culuene, formador do Xingu, em Mato Grosso. Língua da família caribe.

Cunhã (Do tupi Ku'ñã) — Mulher.

Curumi ou curumim (do tupi kuru'mi) — Menino.

Guaianá ou goianá (Guayaná) — Grupo indígena que no século XVI habitava a capitania de São Vicente. Documentos antigos os localizam no planalto de Piratininga, onde a cidade de São Paulo foi fundada. Acredita-se que foram os ancestrais dos caingangues.

Guaitacá ou goitacá (Guayataká) — Grupo indígena extinto. No século XVI habitava as proximidades do litoral fluminense, entre os rios Paraíba e Macaé. Vivia em constantes lutas com os tupinambás. Em 1630 os portugueses apossaram-se de suas terras e os sobreviventes foram aldeados pelos jesuítas. Na segunda metade do século XIX alguns remanescentes viviam nas proximidades de Campos e Cabo Frio. Língua da família jê.

Guajajara — Grupo indígena, ramo dos teneteharas, habitante das margens dos rios Grajaú, Pindaré e Mearim, no oeste do Maranhão. Língua da família tupi-guarani.

Guarani — Grupo indígena integrado à sociedade nacional. Vive em postos da Funai ou em núcleos independentes nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Língua da família tupi-guarani, com três dialetos principais: nandeva ou nhandeva, mbiá e caiová.

Ianomâmi (Yanomân) — Grupo indígena habitante do noroeste de Roraima, na serra dos Surucucus e na região entre os rios Demini e Toototobi, na divisa de Roraima com o Amazonas. A partir de 1987 os garimpeiros invadiram sua área, rica em minérios, pondo em risco a sobrevivência da tribo. Em 15 de novembro de 1991 o governo demarcou sua reserva (9,4 milhões de hectares para cerca de dez mil índios). Um outro grupo vive na Venezuela. Falam língua da família xirianá.

Juruna — Grupo indígena habitante das terras próximas à confluência dos rios Maniaçauá-Miçu e Xingu, em Mato Grosso. Foram contatados pelos irmãos Vilas Boas em 1959. A família lingüística juruna, do tronco tupi, inclui as línguas maniaçauá e xipaia.

Macuxi (Makuxi) — Grupo indígena habitante das margens dos rios Tacutu, Cotingo, Surumu e seus afluentes, em Roraima. Língua da família caribe.

Maxacali (Maxakali) — Grupo indígena habitante da região das nascentes do rio Itanhaém, no nordeste de Minas Gerais, perto da fronteira com a Bahia. Língua do tronco macro-jê.

Meinaco (Mehináku) — Grupo indígena habitante da margem esquerda do rio Curisevo, formador do Xingu, em Mato Grosso. Língua do tronco aruaque.

Mentuctire (Mentuktire) — Grupo indígena habitante da margem esquerda do rio Xingu, à altura da cachoeira Von Martius, no Pará. Os mentuctires foram chamados txucarramães pelos jurunas, com quem viviam em conflito em meados do século XX. Foram contatados pelos irmãos Vilas Boas em 1953. Língua da família jê.

Mondé — Grupo indígena extinto, também conhecido como sanamaicá. No início do século XX habitava as margens de afluentes do rio Pimenta Bueno, em Rondônia. A família lingüística mondé, do tronco tupi, inclui a língua dos cintas-largas.

Morubixaba (Do tupi morubi'xawa) — Ver tuxaua.

Mundurucu — Grupo indígena que habitava as margens dos rios Tapajós (Pará), Madeira, Maués-Acú, Abacaxis e Canumã (Amazonas). Concentra-se hoje nas margens dos rios Cururu e das Tropas, afluentes do Tapajós. Língua do tronco tupi.

Nhambiquara (Ñambikwára) — Grupo indígena habitante de área entre os rios Juruna e Aripuanã, na serra do Norte, a noroeste de Mato Grosso. A família lingüística nambiquara inclui as línguas munduca, txiuaisu, galera (manarisu), mamaindé, micadotisu e sabonês.

Nandeva ou nhandeva (Nandeva) — Subgrupo indígena dos guaranis que habita áreas dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Oca (Do tupi oka) — Cabana ou palhoça dos índios.

Paca-nova (Pakaanóva) — Grupo indígena habitante de área entre os ribeirões Pacas Novas e Ouro Preto, afluentes do Madeira, em Rondônia. Língua da família txapacura.

Pajé (Do tupi pa'yé) — Chefe espiritual dos índios, misto de sacerdote, profeta e médico-feiticeiro.

Pancararu (Pankararú) — Grupo indígena integrado à sociedade nacional. Habita áreas dos estados de Alagoas e Pernambuco. População (1985): 4.000 índios.

Pano — Família lingüística de indígenas do noroeste do Brasil, do leste do Peru e da Bolívia. Entre as línguas dessa família incluem-se a caxinauá, remo (nucuíni), poianaua, marinaua, amauaca, capanaua, tuxinaua, iaminaua, marubo e culino.

Potiguara — Grupo indígena que no século XVI habitava o litoral entre a foz dos rios Jaguaribe e Paraíba. Migrou para o Maranhão e o Pará. Remanescentes mestiçados, sem domínio da língua ou da cultura, vivem em postos da Funai, em Mamanguape, Paraíba. Língua da família tupi-guarani.

Suiá (Suyá) — Grupo indígena habitante da área a leste das cabeceiras do rio Culuene, formador do Xingu, no centro de Mato Grosso. Foi contatado pelos irmãos Vilas Boas, em 1959. Língua da família jê.

Taba (Do tupi tawa) — Aldeia dos índios.

Tabajara — Grupo indígena extinto que habitava o território entre os rios São Francisco e Paraíba. Língua da família tupi-guarani.

Tamoio — Indígenas do litoral do Rio de Janeiro, no século XVI. Organizados na chamada Confederação dos Tamoios, apoiaram os franceses quando estes tentaram fundar a França Antártica, na baía de Guanabara. Língua da família tupi-guarani.

Tapirapé — Grupo indígena que habita as margens do rio Tapirapé, no nordeste de Mato Grosso. Recebe assistência da Funai. Língua da família tupi-guarani.

Terena — Grupo indígena que habita o Mato Grosso do Sul. Subdivisão dos guanás, fala língua do tronco aruaque.

Timbira — Grupo indígena que habita área entre os rios Itapicuru e Corda, no Maranhão. Subdivide-se em timbiras ocidentais (apinajés) e timbiras orientais, entre os quais incluem-se os gaviões, craôs, apaniecras, cricatis, canelas e txamecras. Língua da família jê.

Tucano (Tukâno) — Grupo indígena da bacia do rio Uaupés (Amazonas) e de áreas vizinhas na Colômbia e no Peru. A família lingüística tucano inclui várias línguas e dialetos.

Tucuna (Tukúna) — Grupo indígena do Amazonas, habitante de área na confluência dos rios Içá e Solimões.

Tupari — Grupo indígena das matas da margem direita do rio Branco, afluente do Guaporé, em Rondônia. Família lingüística do tronco tupi que inclui as línguas macurape e quepequirivate.

Tuxaua (Do tupi tu'xawa) — Chefe temporal da tribo indígena (o chefe espiritual é o pajé). Também chamado morubixaba.

Txicã (Txikân) — Grupo indígena das margens do rio Jatobá, afluente do Ronuro, formador do Xingu, no nordeste de Mato Grosso. Foi contatado pelos irmãos Vilas Boas em 1964. Língua da família caribe.

Uaicá (Waiká) — Grupo indígena da Amazônia, habitante das nascentes dos rios Urariqüera, Mucajaí e Demeni, em Roraima. Fala dialetos da língua ianomâmi, família xirianá.

Uaimiri (Waimiri) — Grupo indígena habitante das margens dos rios Alalaú e Jauaperi, afluentes do rio Negro, no Amazonas. Língua da família caribe.

Uapichana (Wapitxâna) — Grupo indígena de Rondônia, habitante das margens dos rios Tacatu, Urariqüera, Amajari, Parimé e Cauamé. Língua da família aruaque.

Uaurá (Waurá) — Grupo indígena habitante das margens do rio Batovi, formador do Xingu, em Mato Grosso. Língua da família aruaque.

Urubu-caapor (Kaaporo) — Grupo indígena habitante das margens dos formadores dos rios Gurupi, Turiaçu e Pindaré, no Maranhão. Caapor é o nome que os índios dão a si mesmos. Os habitantes da região os chamam de urubus. Língua da família tupi-guarani.

Xavante — Tribo indígena, ramo do grupo maior acué, habitante de área entre os rios Culuene e das Mortes, em Mato Grosso. Até o século XIX os xavantes formavam, com os xerentes, um só grupo, mas em 1824 já estavam separados: os xavantes a oeste do rio Tocantins e os xerentes a leste. Atraídos pelo SPI em 1946, recebem assistência do posto Pimentel Barbosa, no Parque Xingu. Língua da família jê.

Xerente — Tribo indígena habitante de área entre os rios Sono e Tocantins, em Goiás. Subdivisão do grupo maior acué, fala língua da família jê. No passado formava uma só tribo com os xavantes.

Xicrim (Xikrín) — Grupo indígena habitante da margem direita do rio Itacaiúnas, afluente do Xingu, perto da cidade de Marabá, no Pará. Subdivisão dos caiapós, fala língua da família jê. Foi contatado pelos irmãos Vilas Boas em 1953.

Xipaia (Xipáya) — Grupo indígena extinto. No início do século XX habitava as margens dos rios Iriri e Curuá, afluentes do médio Xingu, no centro sul do Pará. Língua do tronco tupi, família juruna.



Fonte: Pesquisas Barsa